

Princípios democráticos e a educação no Brasil

Ivy Daniela Monteiro Matos, IFNMG, Brasil¹

Maria João de Carvalho, UTAD, Portugal²

RESUMO

Este estudo, elaborado por meio da pesquisa qualitativa, fundamentado em pesquisas bibliográficas, pretende analisar o crescimento de correntes conservadoras na política brasileira e compreender como este fenômeno atua sobre valores sociais importantes para o desenvolvimento da democracia, dentre eles a educação. Como consequência, as organizações educacionais veem-se delimitadas quanto à área de atuação, ao trabalho docente e aos mecanismos de gestão. Verifica-se que este processo alimenta e se alimenta do enfraquecimento dos valores democráticos na esfera política mundial, colocando em risco os sistemas democráticos já instituídos. Na contramão desse processo, faz-se necessário que os sistemas políticos ressignifiquem os modos de funcionamento estabelecidos, a fim de que a população se aproprie dos ideais democráticos, fortalecendo-os. Quanto à educação, convém posicionar-se como instrumento de resistência, promovendo alterações de caráter curricular, pedagógico e de gestão, primando pela participação e pelo engajamento social. Ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidos pelas universidades públicas, colocam-se como ferramentas importantes em prol do fortalecimento dos valores democráticos.

Palavras-chave: Educação; Democracia; Políticas educacionais

1 INTRODUÇÃO

Após mais de três décadas de democratização política, superando um período de regime ditatorial (1964-1985), o que se presencia hoje nas diferentes áreas da sociedade brasileira é o crescimento de uma onda conservadora. Para Lima e Hypólito (2019), é crescente o movimento de grupos de direita no Brasil, dentre eles alguns movimentos relacionados ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo. Defendem que aprofundar os estudos sobre esta onda, inclusive a partir das influências externas, faz-se necessário para conhecer as divergências e convergências, “a fim de compreendê-los como percepções de mundo que buscam se tornar hegemônicas” (p. 03).

Para os autores, a Nova Direita abarca movimentos voltados ao “desmantelamento do Estado de Bem-Estar e para a criação de uma nova forma de administrar o Estado” (Lima e Hypólito. 2019, p. 03), sendo eles o neoconservadorismo, o neoliberalismo, os populistas autoritários e a nova classe média profissional. Enquanto os neoliberais se preocupam com a orientação político-econômica, os neoconservadores se dedicam a listar os valores que devem imperar na sociedade, geralmente os do passado. Os populistas autoritários duvidam do governo e a nova classe média clama por ascensão social.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação pela UTAD; ORCID <https://orcid.org/0000-0001-5402-6108>; ivydanielamonteiro@gmail.com

² Doutora em Educação pela UTAD; ORCID <https://orcid.org/0000-0002-6870-849X>; mjcc@utad.pt

No Brasil, principalmente a partir de 2010, os discursos em torno da desigualdade como produto da meritocracia e contra os direitos humanos se tornaram mais comuns. A educação apresenta-se como campo político-ideológico fecundo, tanto para a investida desses movimentos, como também uma área de estudo essencial para se compreender os mecanismos pelos quais esses movimentos assolam as áreas sociais.

2 MATERIAL E MÉTODO

Na pesquisa qualitativa, o objeto de estudo é que vai definir o método que a pesquisa científica irá adotar, pois os objetos são analisados em seus contextos cotidianos, e devem ser abordados em sua totalidade, e não como simples variáveis. Até este ponto, a investigação optou por revisão de literatura, na tentativa de construir bases teóricas capazes de perceber e compreender esta totalidade. As investigações na área das Ciências Humanas não estão subjugadas a enunciados que se podem ter como verdades absolutas. Ao contrário, deve levar a enunciados relativos.

3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3.1 Políticas conservadoras na educação brasileira

No campo da educação, a proposta da Escola Sem Partido e a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) colocam-se como exemplos recentes e ainda em operação do modo como os movimentos conservadores interferem na sociedade. Especificamente em relação à educação superior, coadunam com estas questões a crítica acirrada à pesquisa e o negacionismo às descobertas científicas.

A Escola Sem Partido é um movimento que se fortaleceu a partir de 2010 e se diz pretender combater a doutrinação ideológica promovida por professores que lançam mão da sua liberdade de cátedra para impingir sua visão de mundo sobre os alunos. Para Macedo (2017), trata-se de um “movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular” (p. 509). O movimento prega a formação antimarxista e passou a criticar que temas relativos a orientação sexual (homofobia e sexismo) fossem tratados pela escola, defendendo como campo de atuação moral, pertencente à família. Por ação deste movimento, o Plano Nacional de Educação (PNE) não aborda o tema do gênero. O PNE tem sido pauta de inúmeros projetos de lei que pretendem alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDBEN) e definir o trabalho docente, podendo chegar à responsabilização legal deste profissional.

A elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi amplamente influenciada por este movimento, com o apoio de diversos parlamentares da bancada evangélica e de figuras do executivo. A bancada evangélica é formada por políticos eleitos com o apoio de Igrejas evangélicas, geralmente seus próprios pastores, contando com os votos dos fiéis. Colocam-se como defensores da moral na política brasileira, e adentram a pauta da educação com a finalidade de diminuir o espaço de atuação da escola, limitando a abordagem dos currículos, da pesquisa e da atuação profissional do professor. No tocante à BNCC, a atuação era proclamada contra o que considerava viés de esquerda no projeto e contra a diversidade cultural e a ideologia de gênero no currículo. Esses temas tiveram que ser retirados das propostas, a fim de que fosse votada em 2016.

A participação dos conservadores do movimento da Escola sem Partido foi incisiva na reforma da BNCC, o que culminou em um currículo fraco na ciência, na arte e na cultura, promovendo a enfraquecimento da reflexão histórico-crítica. Esses alunos chegarão à educação superior com mentalidade conservadora, negando a ciência e a pesquisa.

O que houve, quando da aprovação da BNCC, foi a criação de uma rede de apoio entre os neoconservadores, os neoliberais, os populistas autoritários e a nova classe média profissional, cada um desempenhando um papel específico. No tocante aos neoliberais, fortemente representados pelas organizações internacionais, pela iniciativa privada e pelo terceiro setor, houve o direcionamento “a fim de que os direitos fossem excluídos da proposta, reduzindo a BNCC a um conjunto de conteúdo a ser ensinado, fortalecendo as demandas neoliberais” (Macedo, 2017, p. 515).

Iniciado o processo de discussão da BNCC no ano de 2009, garantiu-se a ampla participação social e primou-se pela ampliação dos direitos de uma educação pública de qualidade. No entanto, a BNCC aprovada em nada apresenta estas características. Carregada de concepções que buscam uma lógica de estado mínimo para estudantes da escola pública brasileira, preocupa-se com o tecnicismo, repassa mais responsabilidades aos Estados e Municípios, relega as decisões pedagógicas ao atendimento das avaliações nacionais e internacionais e reduz a carga horária das áreas propedêuticas no ensino médio. O produto entregue à sociedade demonstra, por si, as marcas dos interesses de grupos de mercado, defendidos por representantes dos movimentos conservadores, alinhados ao grupo político.

Não obstante, as instituições de educação superior foram assoladas pela redução dos investimentos financeiros, uma medida clara de perseguição, justificada pela sua suposta definição como organismos voltados para a doutrinação de ideologias comunistas, que impõem dificuldades para a implantação da lógica do capital de forma naturalizada. A ampliação das instituições privadas de educação superior convergiu para a redução dos investimentos nas instituições públicas.

Segundo Macedo (2017), as áreas de educação, saúde e seguridade foram acusadas do *déficit* público brasileiro, indicando, pelo Banco Mundial em 2017, que os resultados não correspondiam aos investimentos, no relatório intitulado *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. O relatório indicava que o quantitativo investido na educação brasileira não era projetado nos resultados da qualidade da educação, aferida através de avaliações internacionais, como o PISA. Segundo o Banco Mundial, países com menos investimentos apresentavam maiores notas no ranqueamento e as alternativas para sanar tais deficiências poderiam ser encontradas na bonificação do professor pelo seu rendimento, na demissão pelo absenteísmo, na manutenção de professores contratados, devido à facilidade para demiti-los e na não reposição dos professores a serem aposentados, visando ao aumento da relação aluno-professor nos sistemas públicos de educação. Todas essas soluções apresentadas pelo relatório do Banco Mundial culminam na precarização do trabalho docente.

No tocante ao ensino superior, o custo de um aluno nas universidades públicas equivalia de duas a cinco vezes mais que um acadêmico das instituições privadas, ainda segundo o relatório. O caminho indicado foi o aumento do financiamento de vagas na iniciativa privada, o que promoveria a diluição do sistema público de educação superior. Em 2019, o decreto nº 9.741, dispõe sobre o contingenciamento de 30% do recurso orçamentário, concomitantemente a ataques ideológicos às universidades públicas e principalmente aos cursos de ciências humanas.

Para Caetano (2019), o que está em disputa “é um novo projeto societário, com um novo projeto educacional baseado na produtividade para o mercado, esvaziando o conteúdo político-pedagógico do currículo” (p. 133). O mercado passa a ser o parâmetro de qualidade, eficiência e eficácia para a educação pública, que se abre para a parceria público-privada.

Esses exemplos representam enfaticamente as influências que abatem sobre a educação no Brasil, que constroem uma perspectiva a respeito do que vem direcionando a política nacional de modo geral, para além da área educacional. Comprovam que as batalhas no campo da educação precisam focar um nível de profundidade maior do que muitos julgam. São

estruturas políticas, culturais, sociais, filosóficas e econômicas que precisam, antes de tudo, de serem compreendidas pela sociedade em geral, mas principalmente pelos próprios trabalhadores em educação. A questão que se apresenta é compreender que fatores históricos estão alimentando o crescimento de correntes antidemocráticas pelo mundo e como a educação é alvo deste processo.

3.2 A visão democrática em queda pelo mundo

Discutir como as correntes conservadoras assolam a educação impõe questionar o nível em que as sociedades ditas democráticas, especialmente aquelas ainda em desenvolvimento, gozam de um sistema democrático consolidado. O apoio que estas correntes vêm ganhando nos espaços políticos, ideológicos e populares e não só no Brasil, justificam o questionamento se estaria a visão democrática em queda pelo mundo.

Baquero (2008) propõe uma tipologia da democracia baseada na eficiência, transparência e qualidade das instituições públicas, reconhecimento do direito de todos e legitimidade da oposição política, o que não se reduz ao ato eleitoral. Esta perspectiva exige que a dimensão social seja colocada em relevo, e chama a atenção para os riscos que as sociedades fundadas sobre desigualdades sociais colocam seus sistemas democráticos, na medida em que as populações desconfiam das instituições públicas, questionando sua legitimidade.

O autor chama a atenção para a qualidade democrática vigente nos países e como esta qualidade promove a estabilidade do sistema, a partir da legitimação, dada pela satisfação dos cidadãos. Para ele, a redução das desigualdades sociais e o grau da participação ativa dos cidadãos na política são indicadores da qualidade da democracia de um país. Os países em desenvolvimento demonstram certo crescimento econômico em alguns setores, mas esse crescimento não vem acompanhado da redução dos índices de desigualdade. Além disso, o grau de corrupção na máquina pública desvirtua o ideal democrático. Se pudermos considerar que os países europeus conseguiram associar o crescimento à redução da desigualdade social, os países em desenvolvimento, vítimas do processo de globalização, não conseguem ir adiante porque as democracias coexistem com práticas políticas tradicionais que fragilizam as instituições.

O autor faz o que chama de análise realista da democracia brasileira e é de opinião de que “os cidadãos das novas democracias têm uma boa compreensão dos ideais democráticos, porém têm predisposições negativas em relação ao desempenho dos novos regimes, principalmente se comparados aos do passado” (Baquero, 2008, p. 386). Refere-se às

democracias novas, nomeadamente ao caso brasileiro, com um período de redemocratização recente, iniciado na década de 1980. Assim, as conclusões tidas por Baquero sobre a democracia brasileira podem, grosso modo, ser ampliadas para os demais países em desenvolvimento, com processo de redemocratização relativamente recente.

Os estudos de Baquero correlacionam-se a uma pesquisa realizada pela SciencesPo (Instituto de Estudos Políticos de Paris) em 42 países, com 30 mil entrevistados³. No final de 2018 a pesquisa foi também realizada no Brasil e, dentre os 42 países, alguns considerados democracias sólidas, como a França. A pesquisa indica que, apesar de 67% das pessoas acharem que o regime democrático é insubstituível, 49% pensa que ele funciona mal a nível nacional. Para Reynié, professor da SciencesPo, coordenador desta pesquisa, intitulada “Democracia sob tensão”, torna-se preocupante a rapidez como tem diminuído o apelo a certos princípios democráticos nas populações etárias mais jovens.

Por exemplo, entre as gerações de até 35 anos, 50% defendem que o direito ao voto seja dado àqueles com determinado nível de conhecimento ou formação, o que contradiz o princípio democrático do sufrágio universal e eleva o da meritocracia. Outro aspecto prende-se com a propensão em se aceitar regimes autoritários, pois um terço dos entrevistados declarou aceitável a ideia de um governo centrado num homem forte, sem necessidade de parlamento ou eleições, sendo este índice maior entre os mais jovens (38%). Para Reynié, este dado é impulsionado pelo modelo da China, que desponta como um governo autoritário e que parece ter sucesso economicamente, contrariamente ao modelo ocidental, que se apresenta como desgastado, promovendo a ideia de que uma nova ordem mundial virá do oriente.

Outras causas, na análise de Reynié, encontram-se na ignorância, na medida em que muitos declararam buscar informações em fontes não formais; na falha da educação formal; em um individualismo crescente, principalmente potenciado pelo envelhecimento da população, que sobrecarrega o Estado e deixa as pessoas mais agressivas; e no multiculturalismo, que cria desconfiança. Mas, sobretudo este resultado é visto como um apelo geral pela proteção das liberdades e da eficácia dos poderes políticos, traduzida em trabalho, segurança, moradia e educação.

Parece incoerência uma propensão em aceitar certas perdas dos direitos democráticos, mas enxergar a democracia como um regime insubstituível. No entanto, para Reynié, isso indica que os cidadãos não estão prontos para adentrar um regime antidemocrático, mas que sinalizam que o Estado precisa ser mais eficaz.

³Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/quase-metade-das-pessoas-acha-que-democracia-funciona-mal-mostra-estudo.shtml>

Na perspectiva atual, a democracia está reduzida a um sistema de liberdades econômicas em benefício da acumulação privada. Não consegue dar um passo adiante na promoção da distribuição de renda de modo sólido. Nessas circunstâncias, se produz um paradoxo onde a institucionalidade democrática adquire estabilidade, mas carece, e muito, de legitimidade.

De maneira geral, quando a credibilidade e a legitimidade do regime são colocadas em causa há uma perda dos elementos de coesão social (valorização de valores nucleares da democracia), estabelecendo uma lógica política reduzida à disputa de poder, concomitantemente a uma perda de funcionalidade dos partidos, particularmente no que se refere ao desempenho de suas funções de representação. Isso provoca uma relação de causa recíproca: instituições deficientes promovem cidadãos nada predispostos democraticamente, ao mesmo tempo em que estes cidadãos se distanciam das instituições, desconfiando dos seus objetivos e intenções.

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, em 2016, deu indícios de que “o mundo poderia estar entrando em uma nova fase de dominação corporativa e de populismo de direita e é compreensível que se pense que o momento atual é mais governado pelo desespero do que pela esperança” (Stevenson, 2018, p. 152). Para o autor, os cidadãos modernos preferem ter vidas mais conformistas e orientadas para o consumo do que as responsabilidades e incertezas que estão associadas à liberdade.

3.3 Fatalismo versus ativismo: o papel das lutas em prol da educação

A educação e a alteridade da democracia. Este foi o título atribuído por Stevenson (2018) ao seu texto, abordando os desafios da educação no processo de resgate e consolidação da democracia. Reconhece que a motivação para a disseminação das práticas democráticas nas sociedades e em suas instituições está em declínio, a longo prazo, no Ocidente. Como exemplo, refere o caráter meramente eleitoral da democracia, em que os partidos políticos se transformaram e os sindicatos passaram a ser instituídos de modo hierárquico e burocrático. Este movimento mundial coloca a escola em posição de preparar o aluno para entrar no mercado de trabalho, exclusivamente, em vez de promover a aprendizagem e a criticidade.

Este panorama realça os questionamentos sobre se os cidadãos modernos ainda desejam, de fato, viver numa sociedade democrática. Para o autor, o que se faz necessário não é tanto um plano ou modelo produzido pela elite intelectual, mas sim uma atitude experimental em relação à democracia e à construção de diversas alternativas democráticas. Nesta perspectiva, o papel

das organizações educacionais se torna preponderante, tanto como espaço de disseminação das ideias, de experimentação, mas, sobretudo, de formação para a criatividade e para a criticidade, ao que chamou de restabelecimento das capacidades humanas alienadas.

O autor ainda defende o princípio da autogestão. Assim, uma organização democrática, vincula-se diretamente a práticas sociais mais democráticas, negando a neutralidade. De acordo com Stevenson, existem dois mecanismos ao nosso dispor que podem dar maiores garantias na construção de uma educação democrática, a saber: a efetiva participação estudantil e um currículo orientado para experiências mais democráticas, baseadas na rejeição do modelo hierárquico piramidal do Estado, mais centrado na busca de novas associações, dependentes menos de formas de organização de cima para baixo e mais de afiliações voluntárias, construídas com base na ideia de auxílio mútuo. O convívio social, o reconhecimento das diferenças, o mundo ao seu redor podem ser experienciados nas práticas acadêmicas através do estabelecimento de uma relação mais recíproca entre Instituições de Ensino Superior (IES) e comunidade.

As práticas extensionistas devem ser constantes para que os conhecimentos científicos produzidos no percurso das pesquisas possam oferecer soluções à comunidade. IES oferecem novas tecnologias às comunidades, que devolvem a possibilidade de uma formação mais humanística e contextualizada ao mundo atual, combatendo a alienação. Baquero (2008) defende o engajamento social como o principal mecanismo para desenvolver uma visão verdadeiramente democrática da sociedade. As organizações sociais apresentam-se como espaço de participação, engajado a certas áreas de atuação, permitindo ao indivíduo, não apenas viver em sociedade, mas viver a sociedade, no sentido fraterno da palavra. “As redes às quais um indivíduo pertence ou se envolve no cotidiano (escola, amigos, colegas, igreja, sindicatos, associações desportivas, partidos políticos, entre outros) são fatores que incidem na identificação e produção de capital social” (Baquero, 2008, p. 399).

Nesse contexto, a confiança social é vista como fator significativo de fortalecimento de valores democráticos e do crescimento econômico. Juntem-se a ela ações que incentivem os cidadãos a participarem da política, com base no desenvolvimento do capital social, sem práticas clientelistas ou tentativas de manipulação da participação cidadã, mostrando preocupações que vão além da dimensão material, por exemplo, defesa do meio ambiente, qualidade de vida e a dimensão subjetiva de bem-estar.

Para Benevides (1996), há uma lacuna na educação brasileira no que concerne à educação para a democracia. São dois os aspectos norteadores: educar para os princípios

republicanos e democráticos e formar para a tomada de decisão em todos os níveis. Os valores republicanos referem-se ao respeito pelas leis, ao bem público e ao sentido de responsabilidade no exercício do poder; os valores democráticos ligam-se ao reconhecimento da igualdade, ao respeito pelos direitos humanos e à vontade da maioria. “Nas democracias, a educação pública pode ser um processo iniciado pelo Estado, mas ela visa a fortalecer o povo perante o Estado, e não ao contrário” (Benevides, 1996, p. 228).

A escola é o *locus* privilegiado para o desenvolvimento da educação para a democracia, uma vez que a educação é o seu fim. Deve assumir este posto, e só ela pode colocar-se como elemento neutro, garantindo cidadãos ativos e livres, fora de doutrinas e partidarismos. A relação entre escola democrática e sociedade democrática fica amplamente demonstrada, ressaltando a importância da escola para a superação de modelos hegemônicos e do neocolonialismo, bem como para o estabelecimento de uma sociedade mais participativa, justa e igualitária.

O desenvolvimento de uma educação voltada para emancipação humana só será possível se a escola criar condições para que haja o entendimento das contradições sociais que determinam a estrutura de uma sociedade capitalista. Tal pode ser conseguido estimulando o debate e a reflexão; evitando as conclusões de senso comum; elucidando a perspectiva capitalista difundida pelos meios de comunicação; desenvolvendo uma compreensão da realidade a partir das necessidades sociais, advindas do contato com as pessoas que sofrem as contradições sociais.

É possível elencar mais algumas alternativas relativas aos mecanismos de planejamento e controle, ao processo de instituição dos órgãos de gestão e, por fim, ao trabalho docente: dados os objetivos explícitos das políticas em educação voltados para a variante investimento/resultados, tendo o custo do aluno como principal medida, Alves et al. (2019) chamam a atenção para a falta de parâmetros seguros para medir o custo da educação e fazer o acompanhamento do investimento descentralizado. Esta constatação torna amplamente questionável a política de investimento, uma vez que está centrada na definição de percentual fixo da arrecadação, enquanto deveria se dar a partir do parâmetro de qualidade que se deseja atingir, o que vai variar a partir da realidade de instituição.

A responsabilização também se tornou marca de como as políticas educacionais têm direcionado o olhar para o trabalho docente. Anderson (2017) defende a urgência à resistência profissional contra as responsabilizações do seu trabalho, o que considera como os profissionais da educação compreendem e negociam um complexo ecossistema de políticas federais e

estaduais, mandatos distritais, filantropia de risco, redes de políticas, grupos locais de advocacia e concorrência no mercado. A resistência, muito mais forte coletiva que individualmente, também deve ter claros princípios como a que, a quem e para que se está resistindo.

No que se refere aos órgãos de gestão, compreende-se que o movimento não necessita, necessariamente, de ser o de resistência, mas o de oportunização. A descentralização das formas de gestão é incentivada pelas políticas públicas instituídas, o que não se caracteriza efetivamente como gestão democrática. No entanto, mesmo que contraditórias aos objetivos essenciais da educação, caberia à comunidade escolar apropriar-se desta oportunidade e instituir práticas voltadas para o engajamento social, para a valorização do outro e para o fortalecimento comunitário da instituição de ensino, na tentativa de implantar uma gestão verdadeiramente democrática, que viria a projetar-se em currículos e práticas pedagógicas mais democráticas, comprometidas com a formação cidadã.

4 CONCLUSÃO

A história do Brasil revela que, apesar de o país travar uma luta contra a ditadura, o período de democratização (pouco mais de três décadas) culmina hoje com o crescimento de correntes conservadoras nas esferas sociais, dentre elas a educação. A Nova Direita promove um processo que se retroalimenta: ao atacar a autonomia da escola, fragiliza os valores democráticos políticos e sociais, os quais, fragilizados, tornam o campo da educação ainda mais vulnerável.

Um exemplo é o movimento Escola sem Partido, que ganhou forças a partir de 2010. Organiza-se na instância político-partidária, arrolando o apoio popular através de uma estrutura organizada, objetivando delimitar a liberdade de cátedra, ampliando o espaço de atuação moral sobre o da ciência, responsabilizando legalmente os docentes. A forma como este movimento atuou na elaboração da BNCC demonstra seu poder de articulação política e social, resultando no enfraquecimento científico do currículo. Concomitantemente, as universidades públicas passam por cortes de investimentos, enquanto a iniciativa privada cresce no mercado educacional, justificada pelo baixo custo do aluno na universidade privada.

A questão que se coloca é: os ataques à liberdade e às práticas democráticas sofridas pela educação são recortes de certas realidades ou podem projetar uma tendência global histórica e política? Para Baquero (2008), as sociedades fundadas sobre desigualdades sociais colocam os sistemas democráticos em xeque, pois o que legitima o sistema é a satisfação dos cidadãos. Reduzir as desigualdades, promover a participação ativa e combater a corrupção na

máquina pública promoveriam o fortalecimento das instituições e conseqüentemente dos sistemas democráticos.

O papel da educação no fortalecimento da democracia exige uma atitude experimental em relação às organizações democráticas, tendo como base a criticidade, o conhecimento científico e a pesquisa. O caráter experimental pode ser vivenciado através da participação nos movimentos estudantis, mas deve-se somar à aproximação das comunidades, no exercício da extensão universitária, combatendo a alienação. Os vínculos sociais promovem a confiança social, fortalecendo os valores democráticos e o desenvolvimento econômico. Demonstra-se assim a intrínseca relação entre escola democrática e sociedade democrática, o que exige sumariamente que a escola não seja um espaço neutro. Ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos sobre um forte conhecimento da história da humanidade e de um senso de criticidade e responsabilidade social continuam sendo uma velha fórmula para importantes desafios atuais.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. *et all* (2019). Financiamento da escola pública de educação básica: a proposta do simulador de custo-aluno qualidade. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v.40

ANDERSON, G. (2017). Privatizando subjetividades: como a Nova Gestão Pública (NGP) está criando o “novo” profissional da educação. *RBPAAE*, v. 33, n. 3, p.593 - 626.
<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/79297>

ARROYO, M. G. (2018). Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 39, nº.145, p.1098-1117, out.-dez.
<https://www.scielo.br/j/es/a/jZgN9bxbKPr8m5SKrNCQr5f/abstract/?lang=pt#>

BAQUERO, M. (2008). Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, p.380-413

BENEVIDES, M. V. de M. (1996). Educação para a democracia. *Revista Lua Nova*, no.38, São Paulo, p. 223-237

CAETANO, M. R. (2019). Os sujeitos e a proposta educacional da Base Nacional Comum Curricular: entre o público e o privado. *Teoria e Prática da Educação*. V 22, p. 118-136

CUNHA, L. A. (1991). *Educação, Estado e democracia*. São Paulo: Cortez

FREIRE, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LIMA, I. G. e HYPÓLITO, A. M. (2019). A expansão do neoconservadorismo na educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45

LIMA, L. e SÁ, V. (orgs.). (2017). *O governo das escolas: democracia, controle e performatividade*. V.N. Farmalicao. Edições Húmus

MACEDO, E. (2017). As demandas conservadoras do Movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524

MARINHO, P. (2019). O Papel dos Órgãos de Gestão da Escola na Avaliação da Aprendizagem: entre a burocracia e a melhoria. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 589-610 <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/2177/pdf>

PERONI, V. M. V. (2020). Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 41

SILVA, M. V. da. (2019). Cenário econômico e político mundial e tensões contemporâneas na educação: Narrativas e concepções de pesquisadores no VI seminário da educação brasileira. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.40, p. 1-18
<https://www.scielo.br/j/es/a/f5bqPfTrVwYr6hfsdKCXFRw/?lang=pt>

STEVENSON, N. (2018). A educação e a alteridade da democracia. *Cadernos de Pesquisa* v.48 n.167 p.150-171

Democratic principles and education in Brazil

RESUME

This study, elaborated through qualitative research, based on bibliographical research, intends to analyze the growth of conservative currents in Brazilian politics and to understand how this phenomenon acts on important social values for the development of democracy, including education. As a result, educational organizations find themselves limited in terms of area of activity, teaching work and management mechanisms. It appears that this process feeds and feeds on the weakening of democratic values in the world political sphere, putting the already established democratic systems at risk. Contrary to this process, it is necessary that political systems give new meaning to the established operating modes, so that the population appropriates democratic ideals, strengthening them. As for education, it is convenient to position itself as an instrument of resistance, promoting changes of a curricular, pedagogical and management nature, prioritizing participation and social engagement. Teaching, research and extension, developed by public universities, are important tools for the strengthening of democratic values.

Keywords: Education; Democracy; Educational policies

Principios democráticos y educación en Brasil

ABSTRACTO

Este estudio, elaborado a través de una investigación cualitativa, basada en la investigación bibliográfica, pretende analizar el crecimiento de las corrientes conservadoras en la política brasileña y comprender cómo este fenómeno actúa sobre importantes valores sociales para el desarrollo de la democracia, incluida la educación. Como resultado, las organizaciones educativas se encuentran limitadas en términos de área de actividad, labor docente y mecanismos de gestión. Parece que este proceso alimenta y se alimenta del debilitamiento de los valores democráticos en la esfera política mundial, poniendo en riesgo los sistemas democráticos ya establecidos. Contrario a este proceso, es necesario que los sistemas políticos den un nuevo significado a los modos de funcionamiento establecidos, para que la población se apropie de los ideales democráticos, fortaleciéndolos. En cuanto a la educación, conviene posicionarse como un instrumento de resistencia, impulsando cambios de carácter curricular, pedagógico y de gestión, priorizando la participación y el compromiso social. La docencia, la investigación y la extensión, desarrolladas por las universidades públicas, son herramientas importantes para el fortalecimiento de los valores democráticos.

Palabras llave: Educación; Democracia; políticas educativas